

Plano de Gestão do Conjunto Moderno da Pampulha: ações de gerenciamento da paisagem cultural

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

RESUMO

O presente artigo parte de uma revisão da criação do atual Conjunto Moderno da Pampulha como paisagem cultural, de acordo com definição apresentada pela UNESCO, colocando em enfoque o papel do Plano de Gestão do Conjunto Moderno da Pampulha, o qual está contido no Dossiê de Candidatura do bem a Patrimônio Mundial de 2016, atualizado em 2019 (PRÁXIS, 2019). O objetivo do trabalho consiste numa análise e avaliação da formação da paisagem do Conjunto, bem como as ações de preservação no seu âmbito de planejamento e gestão. Como metodologia, foi utilizado o levantamento bibliográfico, tendo como principais referenciais teóricos Féres (2021) e FMC e IPHAN (2015). Como resultado, concluiu-se a necessidade da reformulação do Plano de Gestão voltado à preservação do Conjunto Moderno da Pampulha uma vez que, de acordo com recomendações já direcionadas pelo ICOMOS, o Plano não consegue lidar com as dificuldades acerca da conservação e preservação da paisagem.

PALAVRAS-CHAVES: paisagem cultural; patrimônio; Conjunto Moderno da Pampulha; gestão da paisagem.

ABSTRACT

This article starts from a review of the creation of the current Pampulha Modern Complex as a cultural landscape, according to the definition presented by UNESCO, focusing on the re-evaluation of the Pampulha Modern Complex Management Plan, which is contained in the Candidacy Dossier of the property to World Heritage status in 2016, updated in 2019 (PRÁXIS, 2019). The objective of the work consists of an analysis and evaluation assessment of the formation of the Complex's landscape, as well as the preservation actions within its planning and management scope. As a methodology, a bibliographical survey was used, using Féres (2021) and FMC and IPHAN (2015) as its main theoretical references. As a result, it was concluded that there was a need to reformulate the Management Plan aimed at preserving the Pampulha Modern Complex since, according to recommendations already made by ICOMOS, the Plan cannot deal with the difficulties surrounding the conservation and preservation of the landscape.

KEYWORDS: cultural landscape; patrimony; modernism; Pampulha modern set; landscape. management.

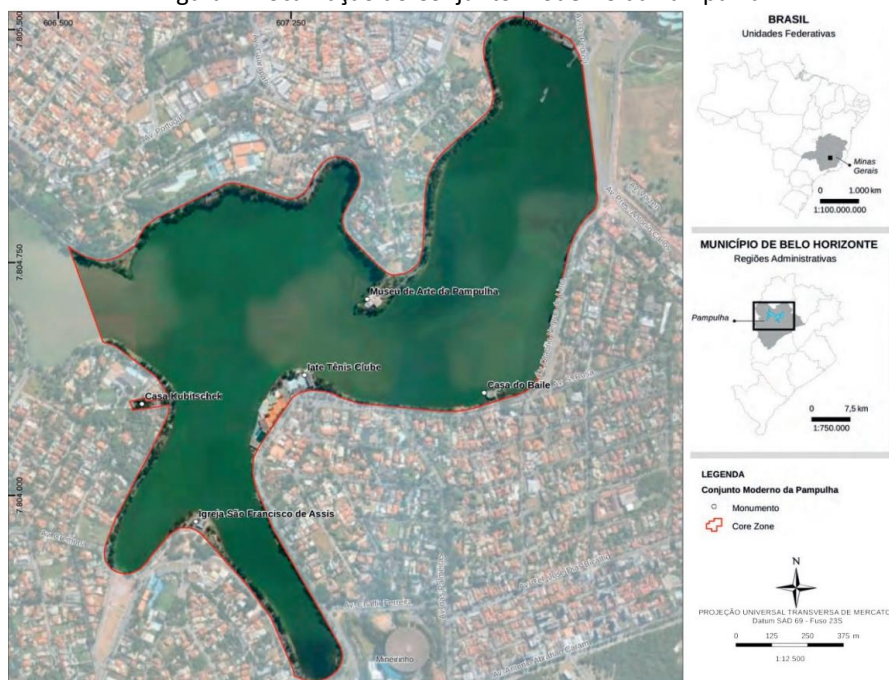
1 INTRODUÇÃO

A conservação do patrimônio cultural de zonas urbanas tem se tornado um campo multidisciplinar, abrangendo diversas áreas de atuação, como as sociais e ambientais, possibilitando a participação de diferentes agentes interessados em sua proteção. Neste contexto, incorporou-se o termo “paisagem cultural”, em 1992, ao Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como uma nova tipologia do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1992). No campo do patrimônio cultural, essa incorporação dispõe de alguns desafios para sua conservação, uma vez que as paisagens culturais são envoltas por constantes processos de mutabilidade dos quais as ações e métodos ocidentais destinados à sua

conservação não atendem à tais complexidades e valores que recaem sobre essa tipologia (FÉRES, 2021).

A região que hoje compreende o Conjunto Moderno da Pampulha se localiza na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e é composta pela paisagem do entorno imediato, em especial o espelho d'água e o perímetro da orla da lagoa, como também por quatro edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, a saber: Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino), Centro de Referência em Urbanismo (antiga Casa do Baile), late Tênis Clube e pela Igreja São Francisco de Assis (Figura 1).


Figura 1: Localização do Conjunto Moderno da Pampulha



Fonte: Adaptado de Práxis, 2016.

A proposta do Conjunto Moderno da Pampulha, liderada pelo então prefeito Juscelino Kubitschek no final da década de 1930, pretendia modificar a paisagem da região para que refletisse o sentimento de modernidade, criando uma identidade entre as edificações pensadas para a área, consolidando-as como um exemplar ímpar da arquitetura modernista no país. Para sua execução, o projeto foi levado a diante a partir da descaracterização e desapropriação do local para receber a chamada elite belo-horizontina (FÉRES, 2021).

Diante de sua importância, o presente trabalho apresenta a trajetória de patrimonialização do Conjunto Moderno da Pampulha como Paisagem Cultural integrante da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2016, bem como os processos de salvaguarda e gestão que recaíram sobre o bem. Em vista disso, o objetivo do trabalho é direcionado a uma análise da formação da paisagem do Conjunto, bem como uma avaliação das ações de preservação no seu âmbito de planejamento e gestão, colocando em enfoque o Plano de Gestão do Conjunto Moderno da



Pampulha, contido no Dossiê de Candidatura do bem a Patrimônio Mundial de 2015, atualizado em 2019.

2 METODOLOGIA

Para a realização do estudo foi empregado o método de pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento e análise do assunto abordado. Para o levantamento bibliográfico, as principais fontes utilizadas foram Féres (2021), FMC e IPHAN (2015) e Araújo, Duarte e Pinheiro (2016). A partir disso, foi feita uma leitura exploratória voltada aos objetivos do trabalho, possibilitando a realização da análise e avaliação dos documentos aqui abordados.

3 O CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA: A DICOTOMIA DA MODERNIDADE

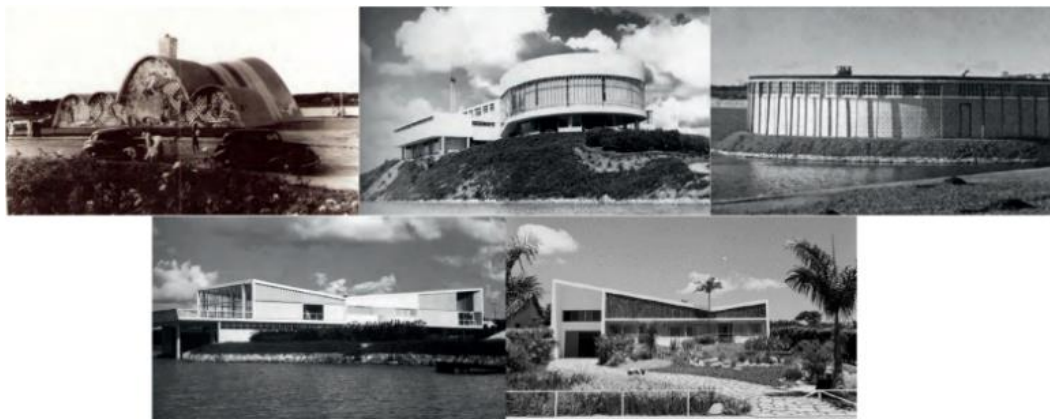
A área do que hoje se conhece por “Conjunto Moderno da Pampulha” teve sua ocupação iniciada no século XVIII. Localizada fora do limite do plano original da cidade de Belo Horizonte, projetado pelo engenheiro Aarão Reis, a área se caracterizava pela produção agrícola de seus moradores. Diante da relativa distância até a Zona Urbana da capital e a ausência de meios de transporte entre a região e o centro, a “Pampulha Velha”¹ se manteve isolada do perímetro urbano (FÉRES, 2021).

Com o crescimento urbano de Belo Horizonte, a expansão da malha se deu principalmente, ainda na década de 1930, nas direções leste e noroeste, em direção à Gameleira e à Pampulha (BORSAGLI, 2010). Durante o Estado Novo, a chamada “Pampulha Nova” foi construída, permeada pelo ideal de uma identidade nacional aliada a política de caráter desenvolvimentista do presidente Getúlio Vargas à época. Nesse período de expansão, os líderes do governo da cidade, em especial o engenheiro Otacílio Negrão de Lima e o médico Juscelino Kubitschek, nomeado prefeito, tiveram grande relevância na realização de diretrizes voltadas ao desenvolvimento urbano industrial moderno (LEMOS, 2006).

A obra da barragem da Pampulha, iniciada em 1936 e inaugurada em 1938, tinha como objetivo a garantia do abastecimento de água da cidade. Com isso, esperava-se criar um lago artificial, responsável por promover uma feição urbana em uma região de caráter rural. O projeto em curso teve prosseguimento sob a ótica de abrigar habitações voltadas a população mais abastada e aos usos de lazer e turismo. Para isso, o então prefeito – Juscelino Kubitschek – realizou um concurso de projetos para o Conjunto da Pampulha, que, no entanto, o resultado não o agradou, haja vista o estilo convencional apresentado e já adotado em edifícios públicos construídos. Induzido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, Kubitschek se aproximou do arquiteto Oscar Niemeyer, à época, convidando-o a realizar um projeto para a área. No escopo idealizado pelo arquiteto, a região iria se compor pela Igreja de São Francisco de Assis; o Cassino; a Casa do Baile; o late Golfe Clube; o Grande Hotel, o qual não foi executado; e a casa de fim de semana do então prefeito Juscelino Kubitschek, conforme Figura 2 (FÉRES, 2021).

Figura 2: Igreja São Francisco de Assis, 1949; Cassino, década de 40; Casa do Baile, década de 1940; late Tênis Clube, 1942; Residência de Juscelino Kubitschek, 1947, respectivamente.

¹ Segundo Lemos (2006) o termo “Pampulha Velha” faz referência à área rural da atual região da Pampulha. A “Pampulha Nova” ou “Pampulha Moderna” trata-se da mesma área a partir da intensa urbanização promovida na década de 1930.



Fonte: FMC, IPHAN, 2015; Instituto Moreira Salles, s.d. Org.: Autora.

Neste processo, a ideia de um Conjunto Arquitetônico sempre esteve presente nos discursos de J.K. desde a gênese de sua ideia para a região, assim como para a Pampulha, com seu grande espelho d'água responsável por refletir todas as obras arquitetônicas modernas. A ideia de modernidade também extrapolava o campo arquitetônico e permeava a vida dos mineiros, os quais passariam a adotar um estilo de vida com novos hábitos culturais, gastronômicos, esportivos e de lazer na cidade. Na inauguração do Conjunto, em 16 de maio de 1943, estavam presentes o Presidente do país, Getúlio Vargas, Benedito Valadares, Governador do Estado e o Prefeito, Juscelino Kubitschek, além de um público de aproximadamente 20 mil pessoas. Até então, apenas as obras do Cassino, late Clube e Casa do Baile estavam concluídas (FÉRES, 2021).

Enquanto o Conjunto Moderno foi sendo construído, dando lugar ao ideário de modernização e progresso, a comunidade tradicional foi vítima de desapropriações das terras em prol da ampliação de avenidas e novos bairros (FÉRES, 2021). Essa dicotomia também se fez presente nos impasses para o reconhecimento da Igreja São Francisco de Assis, pois houve uma resistência da Igreja em aprovar a arquitetura moderna como um ambiente de uso religioso. O local, assim, permaneceu em desuso por 17 anos. Carsalade (2007) cita a visão da população conservadora ao receber o monumento às margens da lagoa:

Galpão. Revestida como banheiro. Poleiro de Satã. Tem a foice e o martelo claramente evocados no conjunto torre invertida, marquise e curva e cobertura. Moderna demais. Onde já se viu um cão no altar? Nudez explícita nos painéis do batistério. Santos disformes. Chocante. Templo do diabo. (CARSLADE, 2007, p. 43)

O projeto do Conjunto Moderno da Pampulha também teve grande valorização a partir da atuação de outros artistas como Cândido Portinari, Ceschiatti, Zamoyski, José Pedrosa, Paulo Werneck e Roberto Burle Marx, responsáveis por completar a ambiência como uma grande obra de arte no todo (FÉRES, 2021). Com a implantação da barragem, do Conjunto e do Aeroporto da Pampulha, no final da década de quarenta, houve o estabelecimento de um fluxo ativo entre a região da Pampulha e o perímetro central de Belo Horizonte, o que “inaugurou na cidade uma paisagem singular que fascinou os belo-horizontinos” (LEMOS, 2006, p.71).

A partir da primeira metade de 1946 a região começou a passar por uma série de eventos prejudiciais à sua permanência e êxito. O Cassino é fechado após a proibição do jogo pelo Governo Federal e a Igreja ainda não havia sido consagrada. O quadro negativo se acentuava com o rompimento da barragem em 1954 – com reconstrução finalizada apenas na década de 1960 –, modificando a paisagem com o esvaziamento da Lagoa, corroborando para a desertificação do antigo cenário idílico e moderno sem seu elemento principal, a água, que com ela e por ela é

levado a beleza do reflexo no espelho d'água (FÉRES, 2021). Na década de 1950, com a construção do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais e o complexo esportivo do Mineirão e Mineirinho, iniciou-se um processo de adensamento urbano na região (LEMOS, 2006).

Dessas décadas em diante, a poluição da Lagoa e os problemas ambientais oriundos, principalmente, do descarte incorreto originário do distrito industrial de Contagem e da região de Venda Nova constituíram uma das grandes dificuldades de gestão da prefeitura e demais órgãos públicos para o Conjunto Moderno da Pampulha (Figura 3). Somado a isso, o desmatamento da mata ciliar dos afluentes e a conseqüente diminuição do volume do espelho d'água contribuíram diretamente para a desvalorização do Conjunto e de toda a região da Pampulha (FÉRES, 2021).

Figura 3: Trecho da barragem da Pampulha, 2023.




Fonte: TV Globo/Reprodução, 2023.

4 PROCESSO DE PATRIMONILIZAÇÃO DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA

A paisagem cultural é definida pelo geógrafo Carl Ortwin Sauer (1889-1975) como aquela “modelada a partir da paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1925, p.57). Com isso, entende-se que na visão do autor, a ideia de paisagem não é estática, uma vez que ela está em constante processo de transformação ao longo do tempo e espaço. Nesse viés, a conservação da paisagem cultural se apresenta como um grande desafio, uma vez que deve ser considerado uma gama de valores e dimensões, como a estética, ecológica, funcional, material e imaterial. Ainda, nesse processo de desafios, a autenticidade das paisagens também toma especial destaque, uma vez que a velocidade do quadro demográfico, o custo da terra, a rápida industrialização e a competição massiva dos mercados internacionais têm causado altas mudanças na relação social e econômica tradicional com a terra. Com isso, há implicações diretas para a gestão do patrimônio cultural, em especial nas alterações das paisagens culturais e a conseqüente perda de alteridade e de singularidade territorial (CASTRIOTA, 2013).

Em vista dos desafios para sua gestão e conservação, o termo paisagem cultural foi incorporado em 1992 ao Patrimônio Mundial da UNESCO como uma nova tipologia do Patrimônio Mundial. Segundo a definição de paisagem cultural descrita nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do



Património Mundial seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas (UNESCO, 2008, p.22).

Na trajetória de patrimonialização do Conjunto Moderno da Pampulha, essa nova categoria vai apresentar especial destaque. Contudo, num primeiro momento, o Conjunto perpassou por Tombamentos na esfera federal, estadual e municipal com fins voltados aos valores de excepcionalidade arquitetônicos, havendo, inicialmente, o tombamento isolado da Igreja São Francisco de Assis em 1947 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). À época, as noções utilizadas pelo órgão eram fundamentadas nas belas artes nacionais, sem uma participação direta dos agentes interessados na preservação. Ao propor o tombamento, atribuiu-se a Igreja São Francisco de Assis seu valor singular que até aquele momento não era reconhecido pelos belo-horizontinos e pela Igreja Católica (FÉRES, 2021).

Em reunião realizada em agosto de 1981 o então Diretor executivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), Dr. Galileu Reis, afirmou a necessidade dos tombamentos a nível estadual para salvaguardar os bens culturais de Minas Gerais. Em discurso, ele afirmou que tais tombamentos deveriam atingir a memória histórica da capital, então em rápida mudança pelo seu processo de desenvolvimento urbano. Alegou também a participação da comunidade belo-horizontina como agente reivindicador diante de tais transformações que poderiam afetar a conservação dos bens culturais do estado. O Tombamento estadual, liderado pelo IEPHA, foi realizado em 1984 já num período de mudanças de valores e atores sociais envolvidos pelos quais a política preservacionista estavam passando. O objeto de patrimonialização foi o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha inscrito no Livro do Tombo nº I - Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no Livro do Tombo nº II - de Belas Artes; no Livro do Tombo nº III - Histórico, das obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e no Livro do Tombo nº IV - das Artes Aplicadas (FÉRES, 2021).

No Dossiê de tombamento apresentado pelo órgão estadual constavam como bens a serem preservados a Igreja São Francisco de Assis, o Cassino, a Casa do Baile, o late Tênis Clube assim como os seus jardins, estátuas, ornamentos e demais elementos relacionados, a Lagoa e o perímetro delimitado pela Avenida Otacílio Negrão de Lima (IEPHA/MG, 1984). Nesse segundo momento é importante perceber o avanço em relação à ampliação da área protegida pelo instrumento de tombamento, na medida em que o entorno do bem, localizado numa região urbana adensada, passa a ser considerada.

Mesmo diante desse movimento, o estado de conservação do Conjunto não era positivo. Naquele momento, as edificações se encontravam em estado de deterioração pela ação do tempo, desuso e em estado de abandono, com exceção do late Tênis Clube, o qual estava em estado regular. Outra questão problemática foi a construção do anexo do late Clube que, por sua volumetria, dificultava a visada entre a Igreja São Francisco de Assis e o próprio Clube, modificando a paisagem projetada originalmente por Niemeyer. O estado de degradação e poluição ambiental da Represa da Pampulha não é mencionada no Dossiê (FÉRES, 2021). Ainda assim, reconhecia-se a importância do tombamento do Conjunto pelo seu valor arquitetônico, paisagístico e cultural.

O tombamento federal do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Orla da Pampulha foi solicitado pela Prefeitura de Belo Horizonte na década de 1990. O órgão de proteção dos bens patrimoniais do país, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), passava por uma fase crítica de sua própria atuação durante seus primeiros trinta anos, os chamados “anos dourados”, em que os valores históricos e artísticos eram pautados pelos monumentos selecionados para proteção e conservação. Estas mudanças de valores na atuação do IPHAN, à época, reverberaram diretamente sobre o processo de Tombamento do Conjunto a nível federal, ampliando a concepção dos bens que seriam compreendidos na proteção. Nesse sentido, foi incorporado ao



Dossiê o monumento a Iemanjá como local para culto das religiões de matrizes afro-brasileiras assim como da Casa Kubitschek e a Fundação Zoobotânica, ampliando as noções de interesse cultural da área, segundo Féres (2021). Isto posto, compreende-se que a escala, o objeto e os valores destituídos ao patrimônio ampliaram-se, sendo, neste momento, um Conjunto composto por lago, bens culturais, obras de arte e paisagismo e inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, das Belas Artes e o Histórico.

O Tombamento Municipal do “Conjunto Urbano Lagoa da Pampulha e adjacências” foi aprovado em outubro de 2003. O documento apresentado amplia o conceito de patrimônio, haja vista que passa a considerar “a dimensão social do espaço como materialização da atribuição social de significados e valores” (FÉRES, 2021, p.272). A partir disso, a paisagem urbana do Conjunto passa a ser entendida como dotada de significados socioculturais e históricos, fato que se opõe ao viés inicial de monumentos singulares para a preservação adotado pelo SPHAN, à época. As construções objeto do tombamento pelo município são:

Igreja de São Francisco de Assis - e seus bens integrados: pinturas em azulejo de Cândido Portinari, painéis de bronze de Alfredo Ceschiatti, pintura do altar-mor de Cândido Portinari, 12 quadros representativos da Via Sacra a óleo sobre têmpera de Cândido Portinari, mosaicos de Paulo Werneck; O antigo Cassino - Museu de Arte da Pampulha; Casa do Baile; A Casa JK - e seus bens integrados: mobiliário e mosaico de Paulo Werneck; late Tênis Clube - e seus bens integrados: painel a têmpera de Cândido Portinari e painel a têmpera de Roberto Burle Marx; Pampulha late Clube - PIC - e seus bens integrados: painel a têmpera de Cândido Portinari e mural de azulejos de Cândido Portinari; Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG; Estádio Governador Magalhães Pinto / Mineirão; Estádio Jornalista Felipe Drummond / Mineirinho; Sede da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte. Perímetro de proteção compreende a Avenida Doutor Otacílio Negrão de Lima, com o tombamento do espelho d’água e da orla da Lagoa da Pampulha (FÉRES, 2021, p.282).

Assim, afere-se que ao longo do processo de proteção e patrimonialização do Conjunto Moderno da Pampulha os processos de tombamento acompanharam as transformações dos ideais vigentes de cada época, de forma a respaldar no âmbito de proteção a ideia de composição da paisagem cultural oriunda de intervenções humanas ao longo do tempo e do projeto modernista responsável pela consagração do Conjunto em âmbito nacional e internacional.

4.2 A inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial

Para um bem ser inscrito na Lista de Patrimônio Mundial deve apresentar um Valor Universal Excepcional (VUE) reconhecido pela UNESCO. O termo é definido como:

O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional. O Comitê define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2005a, parágrafo 49).

Para a candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha à Lista do Patrimônio Mundial, o Dossiê se baseou em três critérios, a saber: a) representar uma obra-prima do gênio criativo humano; b) exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura e da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo; c) ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana (FMC; IPHAN, 2015).

O objeto do Dossiê compreendia o Conjunto Urbano formado pelos edifícios e jardins do Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), da Casa do Baile (atual Centro de Referência em Urbanismo,



Arquitetura e /design), do late Golfe Clube (atual late Tênis Clube), da Igreja de São Francisco de Assis, a Residência de Juscelino Kubitschek (atual Casa Kubitschek) e o espelho d'água e a orla da lagoa, no trecho que os articula e lhes confere unidade (FMC; IPHAN, 2015).

Segundo Féres (2021) o Dossiê de candidatura não se ancorou no conceito de paisagem cultural e ao longo do documento esse termo foi utilizado como algo que permeia o bem, mas não o objeto de interesse em si:

Assim, observa-se que em diversos trechos que a palavra “paisagem” e a expressão “paisagem urbana” são mencionadas demonstrando a sua importância para a unidade e identidade do bem candidato. No entanto, vale ressaltar que a narrativa adotada concebe essa paisagem urbana como “envoltória” e não como patrimônio em si. O objeto candidato a ser patrimonializado no âmbito mundial é o Conjunto Urbano Moderno como “patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico”, e não como uma paisagem cultural (urbana) (FÉRES, 2021, p. 304).

Ainda de acordo com a autora, a abordagem do aspecto paisagístico gera uma relação ambígua pois tenta conciliar a relação entre o Conjunto e a paisagem do qual faz parte ao mesmo tempo em que essa valoração se torna uma envoltória para o bem arquitetônico:

Em nossa percepção, a descrição do Conjunto e a sua relação com a paisagem situa-se conceitualmente como uma paisagem cultural claramente definida e criada intencionalmente pelo homem. No entanto, a expressão “paisagem cultural” não é adotada pela narrativa (FÉRES, 2021, p. 336).

A partir da aprovação do Conjunto como patrimônio Mundial em 2016 o bem passou a ser submetido ao Plano de Gestão e Monitoramento, apresentado ainda na candidatura do Conjunto.

5 PLANO DE GESTÃO DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA: GANHOS E DESAFIOS

O Plano de Gestão do Conjunto Moderno da Pampulha tem como objetivo essencial a garantia de um consenso entre os âmbitos públicos responsáveis pela gestão do bem e a compatibilização entre os projetos pensados para as atividades econômicas, turísticas e culturais do local. O Plano atua em três dimensões: a Normativa, a Operacional e Avaliativa.

Fazem parte do objeto do Plano de Gestão o Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), a Casa do Baile (atual Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design), o late Golfe Clube (atual late Tênis Clube) e a Igreja de São Francisco de Assis; os jardins de autoria do paisagista Roberto Burle Marx, esculturas, painéis e murais modernistas. Também, a paisagem imediata das construções, em especial, o espelho d'água e a orla da Lagoa da Pampulha conforme Figura 1 na qual se destaca o perímetro do Conjunto.

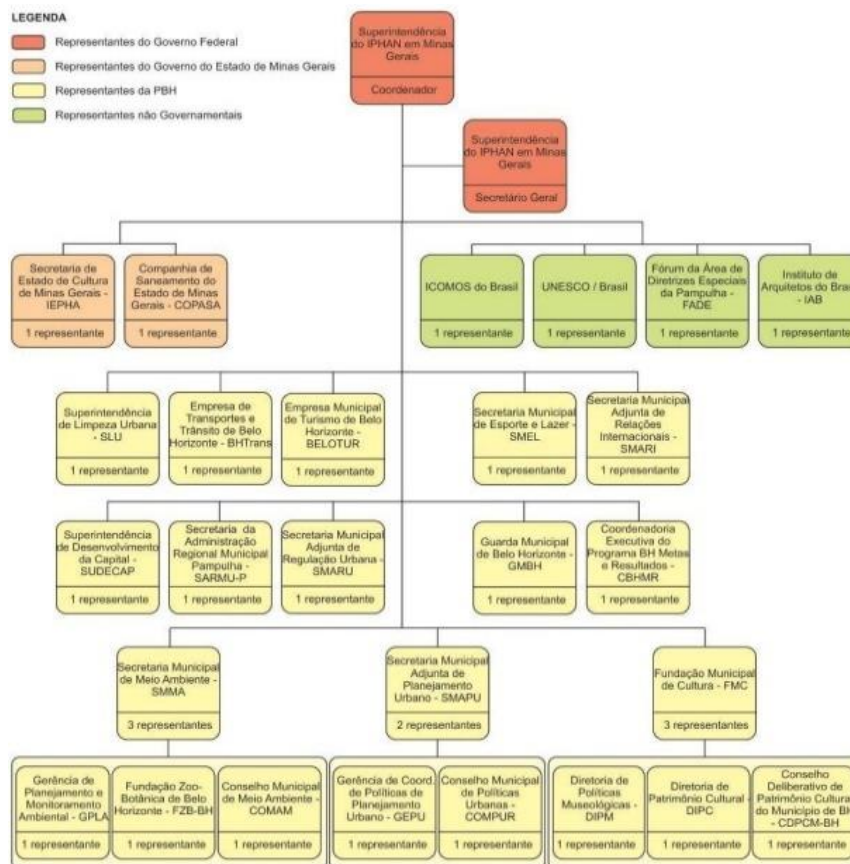
No caso do Conjunto, dado seu complexo arranjo administrativo, foi apontado como necessário a compatibilização, integração e simplificação por meio da melhoria da dimensão operacional ao invés de um acréscimo de um novo ordenamento judicial:

a grande quantidade de órgãos responsáveis por políticas e ações setoriais [...] apresenta risco potencial de desinformação e conseqüente tomada de decisões fragmentadas, que podem originar ações desarticuladas sobre o território em análise. Assim, o Plano [...] foi elaborado a partir da necessidade de se estabelecer um arranjo institucional capaz de promover a gestão compartilhada e integrada dessas ações e implementar uma instância com capacidade de articulação e coordenação das diversas ações que incidem sobre a Core Zone e Buffer Zone (FMC; IPHAN, 2015, p. 321).

Diante disso, era necessário articular todas as instâncias de gestão em um gerenciamento compartilhado. A inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial

seria na tipologia de “Patrimônio Moderno”, ainda assim, já se apresentavam dificuldades para gerir o bem candidato pela sua dimensão paisagística existente. Assim, o Comitê Gestor do Conjunto Moderno da Pampulha foi instituído para o planejamento e instauração das políticas de mobilidade, meio ambiente, esporte e lazer, regulação urbana e segurança, como se observa na Figura 4.

Figura 4: Organização do Comitê Gestor do Conjunto Moderno da Pampulha.

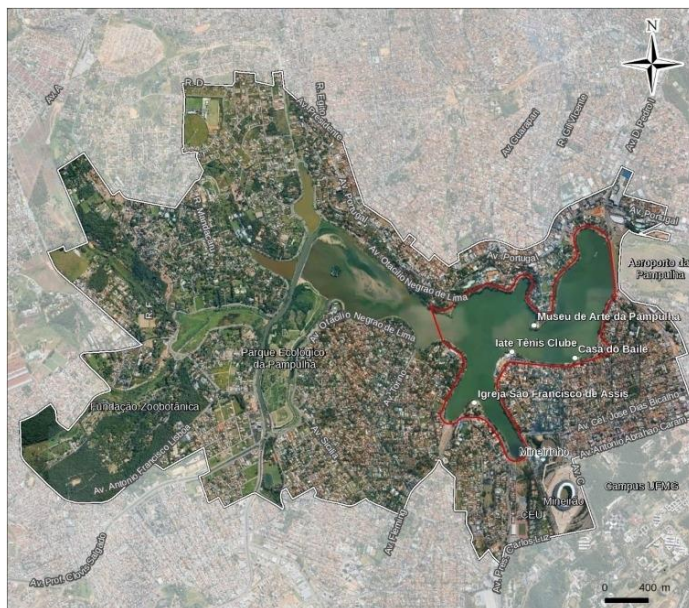


Fonte: Práxis Projetos e Consultoria, 2016.

Durante o processo de candidatura do Conjunto foi realizado reuniões com a comunidade, a qual levantava a questão sobre o estado de poluição em que a Lagoa da Pampulha se encontrava. Contudo, o processo de limpeza e desassoreamento extrapola os limites de Belo Horizonte, pois o município de Contagem também é um dos agentes responsáveis pela sua proteção. Na Declaração de Autenticidade apresentada no Dossiê atesta-se que as transformações urbanas não modificaram a percepção e preservação do bem, no entanto, segundo visão de Féres (2021) a descaracterização do late Clube, devido à construção do anexo ou “puxadinho” como é também chamado, e a questão ambiental da Lagoa, que a impossibilita de receber o uso recreativo e esportivo, prejudica a autenticidade do bem, o que fragiliza o Conjunto Moderno.

Assim, o Plano de Gestão elabora um perímetro de Zona de Amortecimento (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) com o intuito de zelar pelo bem, mitigar as mudanças oriundas do desenvolvimento urbano e, simultaneamente, frisar “a identidade do Conjunto Moderno como patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico” (FMC; IPHAN, 2015, p. 40).

Figura 5: Zona de Amortecimento do Bem.



Fonte: Práxis, 2016.


O Plano de Gestão do Conjunto Moderno da Pampulha também reuniu iniciativas existentes para a área, visto que se percebeu um grande número de ações previstas ou em curso, porém sem uma interlocução entre elas².

Quanto às exigências ambientais, o planejamento ambiental para a região foi realizado mediante a elaboração do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia Hidrográfica da Pampulha (PROPAM), voltado para o desassoreamento da Lagoa da Pampulha, a revitalização da orla e a despoluição das águas. As ações a serem realizadas num primeiro momento foram compiladas no Plano de Intervenção e inclui a recuperação ambiental da Lagoa da Pampulha, a reabilitação da Praça Dino Barbieri, da área referente ao late Tênis Clube e a Casa do Baile, além de ações urgentes essenciais para a recomposição da paisagem como “a regularização de imóveis, atividades e posturas irregulares em relação à legislação urbanística” (ARAÚJO; DUARTE; PINHEIRO, 2016, p.16). Soma-se ao Plano de Gestão de 2016 os indicadores de monitoramento, são eles: a) Reconhecimento Público do Bem, b) Condição de Fruição dos Elementos que Compõem o Bem, c) Estado de Conservação dos Monumentos e Ameaça à Paisagem do Conjunto.

Segundo avaliação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) sobre o Plano de Gestão é necessário a reformulação a fim de abarcar a abordagem da Paisagem Urbana Histórica (HUL). Ainda que o Plano reconheça as dificuldades de gestão do bem enquanto paisagem cultural, é preciso ser mais assertivo quanto aos desafios da gerência do Valor Universal Excepcional, pouco detalhados, e viabilizar a proteção não apenas dos edifícios responsáveis pela composição da paisagem, como também das características fundamentais dos bairros que agregam o Conjunto, compondo uma “complexa paisagem urbana histórica” (ICOMOS, 2016, p. 261). O ICOMOS também aponta sobre a falta de indicadores de monitoramento que sejam mais voltados aos atributos de Valor Universal Excepcional e, de forma geral, recomenda a reformulação do Plano de Gestão (FÉRES, 2021).

Assim, a partir da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como paisagem cultural, uma das recomendações elaboradas consiste na ampliação do Plano de Gestão para incluir diretrizes

² As ações no campo do planejamento urbano incluíam: o Plano de Preservação do Conjunto Urbano da Pampulha, elaborado em 2009, e o Plano Diretor da Regional Pampulha, de 2014.



planejadas que viabilizem resoluções para as áreas mais importantes; na incorporação dos desafios dos bairros que agregam o Conjunto; adoção da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (HUL) a fim de perdurar os bairros tradicionais do local; acréscimo de uma estratégia voltada para o turismo; inclusão de indicadores de monitoramento relacionados aos atributos de Valor Universal Excepcional; e no reforço da participação das comunidades regionais nos processos de gestão somado a participação do município de Contagem (FÉRES, 2021). Isto posto, observa-se que é imprescindível o desenvolvimento de um novo Plano de Gestão para o Conjunto Moderno da Pampulha que consiga abranger a complexa tipologia de paisagem cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou resgatar o processo de patrimonialização do Conjunto Moderno da Pampulha e os diferentes processos que nele incidiram no campo de preservação. O contexto em que ele é projetado refletia o caráter moderno e progressista característicos do Estado Novo vigente. Dessa forma, a remodelação da paisagem em que ele se encontrava foi uma oportunidade para aliar os interesses da classe mais abastada ao lazer e cultura para com o ideal que tomava o país. Entretanto, isso não significou que a população belo horizontina apoiasse um modelo que quebrava com as noções arquitetônicas já conhecidas e que descaracterizou a área, originando diversas críticas contra o projeto.

Ainda assim, após um período de abandono, o Conjunto sofreu algumas medidas de tombamento até culminar na candidatura como bem da Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2016, mesmo que permeado de questões que gerassem certa contradição acerca do processo, como a poluição ambiental presente na Lagoa da Pampulha e a paisagem urbana em que se insere, sendo hoje uma área de maior adensamento populacional.

O desenvolvimento do Plano de Gestão do Conjunto Moderno da Pampulha buscou implementar os conceitos de paisagem e patrimônio cultural segundo os preceitos da UNESCO, de forma a integrar os agentes responsáveis por sua proteção e sociedade civil por meio da criação do Comitê Gestor do Conjunto Moderno da Pampulha.

Apesar de se apresentar como um bom Plano de Gestão, buscando articular a grande quantidade de órgãos e projetos que incidem sobre o Conjunto, ele ainda não consegue resolver as tensões oriundas do desenvolvimento do turismo, densificação das áreas urbanizadas e dos demais desafios que compõem e configuram a paisagem.

Conclui-se, mediante análise e avaliação do dossiê e demais lacunas referentes a sua proposta de atuação que é necessário a reformulação do Plano de Gestão, assim como dos instrumentos responsáveis pelo controle, proteção e planejamento do bem. Para tanto, é necessário a ampliação do envolvimento da comunidade no avanço do processo de gestão do bem; indicadores que sejam mais assertivos acerca da preservação do valor excepcional universal; diálogo e participação ativa da Prefeitura de Contagem, e todos os municípios envolvidos na bacia que abastece a Lagoa da Pampulha, haja vista sua responsabilidade na qualidade das águas da Lagoa para se reestabelecer sua função original.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R.P.Z.; DUARTE, S.M.C e PINHEIRO, C.B. Plano de gestão como estratégia integradora das ações de proteção do patrimônio cultural: A experiência do Conjunto Moderno da Pampulha. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 4, 2016, Belo Horizonte, MG. **Anais** [...]. Disponível em:< https://praxisbh.com.br/wp-content/uploads/2020/12/plano_gestao_pampulha.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

CARSALADE, F. L. **Pampulha**. BH. A Cidade de Cada Um, vol. 10. Belo Horizonte: Conceito, 2007.

CASTRIOTA, L. B. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 162.02, nov. 2013 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>. Acesso em: dez. 2023.

FÉRES, L. R. **Conservação e valores das paisagens culturais mundiais: a trajetória da preservação do Conjunto Moderno da Pampulha, de patrimônio histórico e artístico nacional à paisagem cultural mundial (1947 – 2016).**2021. Tese (Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

FMC; IIPHAN. **Dossiê de Candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_%20da_pampulha.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

ICOMOS. **ICOMOS Evaluation - Pampulha Modern Ensemble**. Nº 1493. França: ICOMOS, 2016. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/152798>.

IEPHA/MG. Decreto Estadual nº 23.646, de 26/06/1984. Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha. Belo Horizonte: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 1984.

LEMOS, C. B. Belo Horizonte nas décadas de 1940/1950 e o impacto da Pampulha. In: FINGUERUT, S.; CASTRO, M. (Org.). **Igreja da Pampulha: restauro e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. p. 61- 73.

UNESCO. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Lisboa: UNESCO, 2010. Disponível em:< <https://whc.unesco.org/archive/opguide08-pt.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2023.

UNESCO. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. Santa Fe: UNESCO, 1992.

PRÁXIS. **Proteção, Gestão e Monitoramento do bem**: atualização das seções 5 e 6 – Dossiê de Tombamento. Belo Horizonte, 2019.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, (orgs). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 180-218.